

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ISSN 2317-1456 / v. 27. n. 1 / 2025 / <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes>

Afro-Dog¹

DOI: 10.12957/irei.2025.96081

Bénédicte Boisseron²

Resumo

Bénédicte Boisseron analisa a interação histórica da população negra nos Estados Unidos com cães — desde a escravidão até os atuais protestos do movimento Black Lives Matter — e oferece um prisma por meio do qual a percepção racial, as noções de bondade ou maldade inerentes e a lei podem ser investigadas mais a fundo.

Palavras-chave

animalidade; racismo; colonização; escravidão.

Afro-Dog

Abstract

Bénédicte Boisseron analyzes Black America's historical interaction with dogs — from slavery to the current Black Lives Matter protests — and provides a prism through which racial perception, notions of inherent kindness and evil, and the law can be further investigated.

Keywords

animality; racism; colonization; slavery.

O relatório de 2015 do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre a investigação da Polícia de Ferguson revelou uma ligação preocupante entre raça e o uso repressivo de cães policiais na cidade de Ferguson, Missouri. Segundo o documento, “em todos os casos de mordida por cães em que há informação racial disponível, a pessoa atingida era afro-americana.” Embora os cães sejam, em tese, daltônicos, eles respondem a comandos e sinais humanos — e, no caso da polícia de Ferguson, tudo indica que foram treinados para direcionar sua agressividade contra a população negra. Durante os protestos de 2014, que eclodiram após a morte do adolescente afro-americano Michael Brown, cães policiais foram usados pelas forças de segurança. Já durante os distúrbios de 2015 em Baltimore, após a morte de Freddie Gray, outro jovem negro, a ausência desses cães foi

¹ Publicado originalmente em *Transition*, nº 118 (“I Can Be Lightning”, 2015), pp. 15-31.

² Professora de Estudos Afroamericanos na Universidade do Michigan, MI, EUA.

notada pelo político Hyland “Buddy” Fowler Jr., que chegou a sugerir nas redes sociais que cães de ataque deveriam ser usados contra os manifestantes. Esse comentário levanta uma questão inquietante: até que ponto a associação entre a agressividade canina e a desobediência civil negra ainda está enraizada em nossa sociedade? A era pós-Ferguson trouxe de volta à consciência coletiva uma lente racial que muitos acreditavam ter sido superada na chamada América “pós-racial” da era Obama — uma lente por meio da qual raça e cães continuam a se entrelaçar de forma insidiosa em episódios de violência.

Donna Haraway inicia seu livro *O Manifesto das Espécies Companheiras: Cachorros, Pessoas e Alteridade Significativa* (2003)³ com a seguinte homenagem à sua cadela da raça pastor-australiano, chamada Sra. Cayenne Pepper:

A Sra. Cayenne Pepper segue colonizando todas as minhas células – um caso claro do que a bióloga Lynn Margulis chama de simbiogênese. Aposto que, se conferissem nosso DNA, encontrariam potentes transfecções entre nós. Sua saliva com certeza tem vetores virais. Seus beijos de língua ágil são certamente irresistíveis.

Em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (1980), ao tratar de espécies e taxonomia, Gilles Deleuze e Félix Guattari argumentam que “a história natural só consegue pensar em termos de relações (entre A e B), e não em termos de produção (de A até x).” No entanto, para Deleuze e Guattari, o devir-animal humano (do humano para o animal, ou vice-versa) está dentro do campo das possibilidades conceituais. O devir-animal não é uma metáfora nem uma imitação — é, de fato, uma metamorfose. Donna Haraway dá corpo a esse conceito de Deleuze e Guattari, pois sua relação com sua cadela não é meramente uma *relação*, mas uma *produção* — ou, como ela mesma denomina, uma “transfecção”. Ao mencionar a saliva contagiosa de sua cadela, Haraway evoca imagens populares do folclore dos vampiros, nas quais o impulso irresistível de morder — e, assim, transformar a vítima em outro vampiro — remete ao efeito dominó de uma contaminação raivosa. Mas, em vez de um vírus comum, o que Haraway chama de infecção “irresistível” é transmitido por uma língua que lambe de forma não ameaçadora. Sra. Cayenne Pepper, *canis familiaris*, animal de estimação e companheira, oferece um modelo de mútuo “devir humano-animal”, que é altamente desejável, um tipo de devir esperado de um “bom” cão.

Em concordância com Haraway, Harlan Weaver oferece seu relato pessoal sobre o devir humano-animal em seu artigo “*Becoming in Kind*”: *Race, Class, Gender, and Nation in Cultures of Dog Rescues and Dogfighting*. Weaver foca tanto o aspecto sociológico quanto o biológico de qualquer tipo de devir — seja de gênero ou animal. O autor descreve como sua pit bull chamada Haley contribuiu para moldar sua identidade e lhe trouxe uma sensação de segurança durante o período vulnerável de sua transição de mulher para

³ HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa. *Bazar do Tempo*, 2021.

homem. A pit bull foi fundamental na transformação da identidade de gênero de Weaver, mas ele argumenta que seu estado de vulnerabilidade como uma pessoa em transição (já não mais identificada como mulher, mas ainda não completamente manifestada como homem), sua raça e sua classe social foram igualmente importantes para Haley. Embora os pit bulls frequentemente sejam percebidos, de forma equivocada, como inerentemente perigosos, Weaver sente que Haley parecia um cão menos perigoso ao lado de uma pessoa branca, de classe média, em transição. Weaver nomeia esse tipo de tornar-se mútuo como “becoming in kind”, uma expressão que enfatiza a importância da dependência mútua em qualquer tipo de transformação identitária, incluindo a transição de gênero. “Kind”, no entendimento de Weaver, refere-se ontologicamente ao tipo de ser que alguém se torna ao entrar em contato com outra espécie. Mas, no artigo de Weaver, “kind” também pode aludir ao adjetivo “gentil”, ou seja, à bondade do melhor amigo do homem. Em muitas culturas ocidentais — e especialmente em um contexto normativo branco e de classe média — homem e cão são apresentados como gentis e benéficos um ao outro, em um vínculo terapêutico que envolve uma boa dose de afeto físico.

O “becoming in kind” sem dúvida se apresenta de forma gentil, mas é preciso enfatizar, como fazem Haraway e Weaver, que a gentileza de Sra. Cayenne Pepper e de Haley está inscrita em um processo específico de devir, destinado a um tipo especial de pessoa. Haraway e Weaver abordam em seus escritos a interseccionalidade de raça, classe e gênero, e ambos situam esse entrelaçamento dentro de um contexto acadêmico de mulheres brancas, de classe média. Assim como a cadela de Weaver serve para suavizar ou compensar o *status* sociorracial de sua companheira humana branca e transgênero, o animal de estimação de Haraway é percebido como uma ameaça ou como um companheiro amoroso dependendo do *status* social e racial de Haraway — o que se refere, de outra forma, a uma “relação infecciosa humano-animal”.

Como explicam Bill Wasik e Monica Murphy em *Rabid: A Cultural History of the World's Most Diabolical Virus* (2012), na Europa do século XIX, a bondade ou maldade dos cães era em grande parte determinada a partir da presença da raiva e do medo que essa doença contagiosa instigava nas massas. Em Paris, por exemplo, no século XIX, o medo desmedido da raiva levou a massacres de cães. Mais recentemente, em maio de 2005, a histeria em torno dos pit bulls em Denver resultou em uma lei específica que deu início a uma matança em massa desses cães. A fobia de cães deslocou-se do medo humano de uma doença zoonótica transmitida por mordidas para o medo de uma raça específica. Os pit bulls como um todo são percebidos de forma inerente como “cães maus” que precisam ser erradicados — da mesma forma como os cães com raiva foram no passado. Vicki Hearne, em *Bandit: Dossier of a Dangerous Dog* (2002), um livro em defesa dos pit bulls, traça uma conexão importante entre o papel da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animal durante as epidemias de raiva na Inglaterra dos anos 1880 e o papel desempenhado pela Humane Society of the United States⁴ nas

⁴ Atual Humane World for Animals.

chamadas epidemias de pit bulls nos anos 1980. Hearne argumenta que, em ambos os casos, os esforços dessas organizações para chamar a atenção pública para a “crise inesperada” faziam parte de um plano mais amplo para arrecadar fundos ou buscar apoio legislativo. Enquanto o medo da raiva se baseia em uma doença real, o medo dos pit bulls está fundamentado em fatores muito mais nebulosos. Como aponta Susan McHugh em *Dog* (2004), como a raça de um cão é determinada principalmente por características visuais ou comportamentais, a categorização com base em raças é um sistema taxonômico impreciso. No caso do pit bull, sua realidade biológica ou genética é ainda mais questionável, já que o que se conhece popularmente como “pit bull” não é uma raça oficial, mas um termo guarda-chuva que pode se referir a várias raças, incluindo o Staffordshire Bull Terrier, o American Pit Bull Terrier e diversos tipos de bulldogs. Assim como a questão da raça entre seres humanos, o caso do pit bull exemplifica o quanto os conceitos de “cão” e “raça” estão mais ligados à percepção humana e à construção social do que à ciência.

Cães já foram percebidos como perigosos por causa da raiva, mas hoje o homem negro é quem acaba sendo responsabilizado por fazer com que o cachorro grande pareça “não gentil”. Nos Estados Unidos, a percepção da agressividade canina deslocou-se metonimicamente de um contexto zoonótico para um contexto racial. Na presença de um sujeito branco — de preferência feminino —, o pit bull é supostamente reabilitado e, portanto, passa a parecer seguro para os humanos, apenas porque o homem negro é quem carrega o vetor (sublimado) da raiva. A função do sujeito branco de classe média — preferencialmente feminino — é reabilitar o cão de sua associação com homens negros, não porque os homens negros tenham historicamente exercido má influência sobre os cães (afinal, o cão está longe de ser insignificante na história da diáspora negra nas Américas), mas sim porque, ao longo dos séculos, a consciência coletiva branca nas Américas tem imposto imagens de cães ferozes sobre os homens negros.

O caso de Michael Vick em 2007 é o mais recente capítulo de uma longa história de representações cino-raciais (cão-negro). Após uma batida na mansão de Vick, na Virgínia, o governo federal indiciou o astro do time de futebol americano Atlanta Falcons por envolvimento em uma rede ilegal de rinhas de cães. Vick se declarou culpado após a apresentação de provas contundentes que o incriminavam. A investigação mostrou que Vick teve um papel ativo não apenas no financiamento da operação, mas também em assistir às lutas e, de forma ainda mais perturbadora, em afogar, espancar ou eletrocutar os cães considerados não agressivos o suficiente para o combate. A cobertura da mídia rapidamente adquiriu tons racializados, como se a negritude de Vick tivesse que ser parte essencial da história. Em seu artigo *The Wonderful, Horrible Life of Michael Vick*, Claire Jean Kim detalha as reações tanto dos defensores quanto dos críticos de Vick. Os defensores alegaram que a acusação tratou Vick de forma injusta por causa de sua raça, enquanto os ativistas pelos direitos dos animais focaram exclusivamente na situação dos cães, negando veementemente que a raça tivesse qualquer relação com o caso. Kim cita um ouvinte do programa *Talk of the Nation*, da NPR, que disse não se

importar se Michael Vick era negro, branco, verde ou roxo, porque, para ele, a cor não era um fator. No entanto, como argumenta Kim, a cor está presente em tudo. O caso Vick exemplifica nossa era moderna de microagressões, em que a existência do racismo, quando negada, penetra ainda mais profundamente na sociedade. Como diz Kim, vivemos em um período histórico no qual “a raça está em toda parte – e em toda parte é negada”. A forma como o país reagiu ao caso de Vick evidencia a importância da interseccionalidade entre raça e espécies animais nos Estados Unidos. Ao animalizar Vick (com pedidos públicos para que ele fosse castrado) e antropomorfizar seus cães (sugerindo que, em um espectro humano-animal, Vick seria mais animal que os próprios cães), a mídia retomou um hábito de três séculos de equiparar homens negros a animais. A reação pública ao caso trouxe à tona uma tradição profundamente enraizada de racialização e animalização conjunta – desde os discursos taxonômicos do século XVIII que localizavam os negros mais próximos dos macacos no desenvolvimento filogenético, até a campanha presidencial de 2008, quando surgiram imagens do então candidato Barack Obama retratado como o macaco George, o Curioso⁵.

Além da interseção entre raça e espécie, o caso de Michael Vick nos leva, em última instância, a uma melhor compreensão da “gentileza” como uma construção social e racial. Em seu best-seller *The Lost Dogs: Michael Vick's Dogs and Their Tale of Rescue and Redemption* (2011), Jim Gorant descreve como voluntários e profissionais resgataram os pit bulls de Vick após sua prisão. Os esforços de resgate tinham como objetivo salvar os cães da eutanásia e reparar sua má reputação. O próprio livro de Gorant é uma tentativa de resgatar a imagem pública do pit bull. Nele, o autor inclui fotos que ilustram os esforços de resgate. Essas imagens mostram trabalhadores e voluntários brancos (muitos deles mulheres e crianças) em contato físico próximo com pit bulls de aparência afetuosa. Em uma das fotos, um grupo de pessoas negras não identificáveis caminha em direção à câmera, ao lado dos canis esvaziados de Vick. Os canis se assemelham a um corredor da morte canino, no fim do qual uma porta cercada – a mais próxima da lente da câmera – está escancarada. A porta aberta, certamente destinada a evocar a recente libertação dos cães, também remete à fuga de um presidiário perigoso. As fotografias de Gorant atestam a tendência americana de perceber a “maldade” canina dentro de um paradigma racial, já que os únicos negros representados em sua série de imagens estão associados à fase anterior à reabilitação e ao cenário urbano de concreto ligado à prisão.

Isso também traz à mente o caso de Diane Whipple, em 2001, no qual uma jovem loira foi vítima de um ataque fatal de cães e, como resultado, os tutores dos cães assassinos foram indiciados por homicídio doloso de segundo grau e homicídio culposo. Diane Whipple foi morta por dois enormes cães da raça Dogue Canário⁶ no corredor do prédio onde morava. No momento do ataque, os cães estavam sob os cuidados de um casal que morava no mesmo prédio que Whipple. O cão preto, chamado Bane, foi

⁵ Personagem da série de livros homônimos escritos por Hans Augusto Rey e sua esposa Margret Rey, ilustrados por Alan J. Shalleck.

⁶ No original em espanhol Perro de Presa Canário ou Dogo Canário.

sacrificado logo após o ataque, pois supostamente foi o responsável pelo ocorrido. A cadela marrom, chamada Hera, cujo papel no assassinato era incerto, foi sacrificada um ano depois. Como aponta Carla Freccero em seu artigo intitulado *Figural Historiography: Dogs, Humans, and Cynanthropic Becomings*, a cobertura midiática do caso Whipple indica que a narrativa interracial prevaleceu sobre a dimensão interespecífica dessa tragédia. A mídia alimentou, como Freccero explica, “o ‘mito do estuprador negro’, na cena do assassinato, acentuado de forma assombrosa pela ultrabrancura de Whipple nas fotografias e pela ultranegritude de Bane que circulava na imprensa”. A raça é considerada culpada de forma vicária pelo ato animal, em uma lógica antiga da escravidão, em que a violência infligida a uma mulher branca por um sujeito negro (neste caso, um cachorro) é forçada a ser lida dentro de um paradigma sexual, sendo a “besta negra” então tanto humana quanto animal.

Identificar o cão de ataque com a raça do dono (Vick) ou ver conexões fisiológicas entre um cão negro assassino e um estuprador negro (Whipple) é sintomático das questões raciais não resolvidas nos Estados Unidos, que remontam à escravidão. Durante a escravidão, cães de caça importados de Cuba ou da Alemanha eram treinados para perseguir escravizados fugitivos tanto no Caribe quanto no sul dos Estados Unidos. O senhor de escravos branco treinava os cães para se tornarem ferozes apenas quando em contato com negros. Embora pouco se saiba sobre a presença inicial de cães nas Américas, no livro *A History of Dogs in the Early Americas* (1998), Marion Schwartz explica que Colombo encontrou pequenos cães mudos usados como companhia e, ocasionalmente, como alimento durante sua viagem às Antilhas. Os indígenas Taínos os chamavam de *Aons*. Os *Aons* pré-conquista são hoje uma espécie extinta, mas os cães da Conquista e do pós-Conquista ainda fazem parte da realidade das Américas. Grandes mastins foram inicialmente importados para as Américas com o objetivo de rastrear indígenas resistentes e, mais tarde, durante a escravidão, para caçar escravizados fugitivos. Esse tipo de importação canina foi predominante na história das colônias espanholas, francesas e inglesas nas Américas, desde os conquistadores até os proprietários de escravos. Com base no que se sabe, é seguro afirmar que o cão de grande porte foi importado para as Américas como um “cão malvado”, cujo papel era disciplinar negros “maus” e desobedientes.

O cão feito para parecer ameaçador em função do escravizado — também percebido como mau — é o que chamo de “devir contra” interespecies. O termo “devir contra” adapta o conceito de “becoming in kind” de Weaver para um contexto da diáspora negra. A preposição “contra” leva em conta, de forma polissêmica, tanto a extrema proximidade (estar frente a frente) quanto a natureza beligerante do contato físico, enquanto “devir” sugere que o cão e o escravizado são mutuamente moldados pela construção de si mesmos como seres maus. Em seu livro de ficção *Le vieil homme esclave et le molosse* (1997), o romancista martinicano Patrick Chamoiseau oferece uma representação poética e filosófica da perseguição entre o velho escravizado que foge da plantação e o cão do senhor que o persegue. Essa caçada humana ecoa no célebre artigo

do filósofo francês Jacques Derrida, *O Animal que Logo Sou (A seguir)*⁷. Ao seguir o escravizado, o cão dá início a um processo mútuo de devir escravo-cão, no qual as duas espécies passam a *espelhar-se* uma na outra. Na citação a seguir, Jacques Derrida destaca o *devoir* interespecies inerente ao gênero polissêmico: “Ser-após-ele no sentido da caça, do treinamento ou da domesticação, ou ser-após-ele no sentido de uma sucessão ou herança?” Nesse “devir contra” mútuo, já não é possível determinar qual dos dois — o cão ou o escravizado — é feito para parecer mau em reação à maldade percebida no outro. Sem a desobediência do velho escravizado, o cão não teria necessidade de encarnar sua persona de “cão mau” e persegui-lo; assim como, sem a presença do cão na plantação, o velho escravizado — como nos conta Chamoiseau — talvez nem sentisse a necessidade de fugir.

Além disso, é importante notar que o escravizado e o cão estão legalmente vinculados na história das Américas de uma forma que também pode explicar sua suposta “ferocidade” conjunta. Enquanto, por séculos, o direito americano e britânico tem tido dificuldade em determinar se o cão deve ser considerado uma “propriedade”, o *status* do escravizado como propriedade pessoal foi alvo de poucas dúvidas legais nas Américas. No *Code noir* de 1685 (Código Negro francês) e nos diversos Códigos de Escravidão do Sul dos EUA, o escravizado é entendido como *meuble* ou “bem móvel”, uma propriedade transportável como uma mobília. Chattel (bem móvel) está etimologicamente ligado a cattle (gado), ambos sugerindo a ideia de capital (do latim *capitalis*). Como explica Colin Dayan em *The Law Is a White Dog: How Legal Rituals Make and Unmake Persons* (2013), houve várias tentativas legais desde o século XVI para determinar a natureza apropriável do cão, devido à suposição amplamente compartilhada de que a espécie canina é uma entidade híbrida — nem totalmente domesticada como os animais de fazenda, nem completamente selvagem como os lobos. Dayan baseia-se em uma série de casos para mostrar que o *status* indeterminável do cão se fundamenta na tensão percebida entre sua natureza treinável e sua propensão à ferocidade. À luz disso, as leis que afirmam que os escravizados eram plenamente apropriáveis contrastam de forma chocante com a predisposição igualmente imperfeita do escravizado à posse: “propriedade”, e ainda assim humano. Mas tanto quanto o direito colocou a potencial reincidência do cão à ferocidade no centro do debate sobre a propriedade, o *status* do escravizado como propriedade só foi viável se sua predisposição indomável fosse ignorada. Contudo, como um sintoma, essa negação estava fadada a ressurgir no que podemos chamar de “Efeito Cujo”.

⁷ DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. Unesp, 2002.

Pôster do filme Cujo (1983).

Cujo, título do filme de terror de 1983 dirigido por Lewis Teague, é o nome do personagem principal – um São Bernardo que, após ser mordido por um morcego-vampiro, desenvolve raiva, devora seu dono vivo e se volta contra todos em um surto de loucura hidrofóbica. Mas Cudjoe, como Paul Youngquist prontamente nos lembra em seu capítulo “The Cujo Effect” do livro *Gorgeous Beasts: Animal Bodies in Historical Perspective* (2012), é também o nome de um dos líderes Maroon mais célebres da história da Jamaica – um rebelde destemido, conhecido por inúmeras vitórias sangrentas contra os britânicos. Os ataques de Cudjoe foram tão bem-sucedidos que os governantes britânicos da ilha acabaram aceitando assinar um Tratado de Paz em 1739, concedendo liberdade a Cudjoe e seus homens em troca da garantia de que os Maroons não os atacariam mais nem dariam abrigo a novos escravizados fugitivos. A justaposição entre “Cudjoe” e “Cujo” sugere uma propensão retaliatória ou “feroz” tanto no escravizado quanto no cão – o primeiro movido por uma reivindicação de humanidade, e o segundo, por um instinto lupino. No entanto, parece que a consciência coletiva americana carrega, retrospectivamente, o peso de ter ignorado o direito natural do

escravizado à retaliação, manifestando isso na tendência moderna de presumir, tardiamente, uma espécie de parentesco entre cães e negros. Essa assimilação cino-racial é uma tendência que não terminou com a abolição da escravidão. Ironicamente, manifestantes pelos direitos civis nos anos 1960 também foram aterrorizados e atacados por cães policiais, da mesma forma que negros eram caçados por cães durante a escravidão. Como expressa Paul Youngquist de forma eloquente: “os cães de caça são armas biológicas implantadas contra um inimigo cuja ferocidade animal justifica uma resposta igualmente brutal.” O que une o cão, o escravizado e o manifestante pelos direitos civis sob o mesmo estigma da “ferocidade” é a sua reivindicação comum por liberdade — percebida, em última instância, como uma reivindicação selvagem.

A façanha de Colin Dayan em *The Law Is a White Dog* é ter colocado lado a lado dois casos jurídicos que revelam uma ressonância impressionante entre as leis aplicadas a pessoas negras e as leis aplicadas a cães. Ambos os conjuntos de leis estão relacionados à questão do movimento (restrito) nos Estados Unidos. O conhecido caso racial de 1896, *Plessy v. Ferguson*, e o caso canino de 1897, *Sentell v. New Orleans and Carrollton Railroad Company*, chegaram à Suprema Corte com apenas um ano de diferença e, em ambas as situações, coube ao juiz Henry Brown decidir que tipos de restrições de movimento deveriam ser impostas a negros e a cães. No caso *Sentell v. New Orleans*, Sentell buscava compensação por sua perda após sua cadela grávida ter sido atropelada de forma negligente por um bonde elétrico. O animal estava parado nos trilhos e não conseguiu se mover rápido o suficiente para evitar o veículo que se aproximava. Quando o caso chegou à Suprema Corte, o juiz Brown decidiu contra Sentell, afirmando que, na Louisiana, os cães só são considerados propriedade sob certas condições — ou seja, o cão deve ser registrado e usar uma coleira para ser legalmente reconhecido como propriedade pessoal (o cão de Sentell não era registrado). Mais importante ainda, o juiz Brown argumentou que “a propriedade de cães é de natureza imperfeita ou qualificada, e que eles se situam, por assim dizer, entre os animais *ferae naturae* (selvagens), nos quais não há direito de propriedade até que sejam mortos ou subjugados, e os animais domésticos, nos quais o direito de propriedade é pleno e completo”. Como são “mais ou menos suscetíveis a ataques de loucura hidrofóbica (raiva)”, afirmou Brown, os cães são considerados pouco confiáveis e, portanto, devem ser monitorados e contidos. Para o juiz Brown, não há lugar para um cão solto, pois o cão é, por natureza, uma ameaça imprevisível. Quanto ao caso *Plessy v. Ferguson*, a decisão de Brown de sustentar a constitucionalidade da segregação racial em instalações públicas — sob a doutrina do “separados, mas iguais” — também garantiu que negros não estariam livres para circular.

O filme *Django Livre* (2012), de Quentin Tarantino, pode ser visto como a encenação da fantasia negativa do juiz Henry Brown, ajustada ao contexto da escravidão. O filme mostra a extrema violência resultante de um homem negro desacorrentado e solto. “É um negro num cavalo”, diz, atônito, um homem a uma mulher, quando Django entra na cidade montado, ao lado do caçador de recompensas alemão, Dr. King Schultz. A cidade

paralisa ao ver um homem negro montado publicamente em um cavalo — não para trabalhar na plantação, mas para exercer sua mobilidade livre. “Nunca viram um negro num cavalo”, explica Django a Schultz, que finge surpresa por ter atraído tanta atenção. Embora não fosse de fato incomum que pessoas negras montassem a cavalo durante a escravidão, essa imagem pode ser lida como uma alusão aos Maroons — africanos fugitivos que escaparam da escravidão e formaram comunidades autônomas — e como uma referência ao medo histórico e generalizado da liberdade de movimento negra.

O filme inclui uma cena em que um escravizado fugitivo é dilacerado por cães, enquanto Django é forçado a assistir. A cena é apenas um prelúdio do destino que quase recai sobre o próprio Django. No final do filme, Django é pendurado de cabeça para baixo e por pouco não tem seus genitais cortados com uma faca. Facas e presas de cães são ambas utilizadas como armas punitivas e preventivas contra a vontade da pessoa negra de violar sua restrição de movimento. Como punição, não era incomum no sul dos Estados Unidos e no Caribe a prática de mutilar escravizados fugitivos após sua captura. O *Code noir* e o Código Negro Jamaicano recomendavam cortar partes do corpo — orelhas, às vezes um pé ou uma mão — para dissuadir novas tentativas de fuga. A mutilação, seja realizada por um humano ou por um cão, servia para lembrar ao escravizado que, ao contrário do cão, ele ou ela era um animal de criação. Mas, mais importante ainda: como um animal de criação, o escravizado era definido não apenas por seu *status* de bem móvel (propriedade), mas também por sua comestibilidade. Quando o escravizado foge, o senhor precisa reafirmar simbolicamente sua dominação por meio de um ato ritualizado de corte de carne. Jacques Derrida argumenta que, em contraste com as mulheres, os homens são predominantemente carnívoros como forma de afirmar sua dominação masculina. É isso que ele chama de “carno-falologocentrismo”, referindo-se à ligação entre carnivorismo e virilidade. Usar cães ou a mutilação para punir o escravizado é, portanto, uma estratégia de dominação baseada em uma retórica da comestibilidade — neste caso, um tipo de “carno-falologocentrismo” racialmente investido. Por meio do cão ou da faca, o senhor realiza o ato simbólico de devorar o escravizado.

Uma Cavalgada Para Liberdade – Os Escravos Fugitivos (c. 1862). Eastman Johnson.



Óleo sobre papel cartão. 55,8 × 66,4 cm. Imagem cortesia do Brooklyn Museum.

Em *Le jeu le plus dangereux*, Grégoire Chamayou relata um episódio canibal pouco conhecido ocorrido em 1802, durante a rebelião dos escravizados em Saint-Domingue (atual Haiti). Centenas de cães de caça vindos de Cuba foram enviados para Saint-Domingue com o objetivo de esmagar a revolta dos escravizados. O general Louis de Noailles, subordinado ao general de Napoleão, Rochambeau, foi encarregado de comandar os cães. Em uma carta a Louis de Noailles, Rochambeau informou que nenhum orçamento havia sido destinado para alimentar os vinte e oito cães enviados à colônia. “Você deve alimentá-los com negros”, disse Rochambeau. Como o destino quis, os soldados franceses perderam terreno diante da resistência dos maroons haitianos, e, como resultado, o exército francês ficou sem acesso ao suprimento de alimentos. Os soldados franceses foram então forçados a comer os próprios cães, que haviam sido previamente alimentados com carne de escravizados. Esse episódio histórico materializa de forma literal a fantasia da comestibilidade associada à negritude.

Em seu ensaio *Going to Meet the Man*, James Baldwin revisita a questão da comestibilidade e da negritude no contexto da era dos direitos civis. O ensaio é supostamente baseado em Bull Connor, o Comissário de Segurança Pública responsável

pelo uso de jatos de água de alta pressão e cães policiais contra manifestantes pelos direitos civis em 1963, em Birmingham, Alabama. No texto, Baldwin retrata o que seria uma versão jovem de Connor, chamado Jesse, assistindo ao linchamento de um homem negro na companhia de seus pais. Os pais de Jesse parecem estar bastante entusiasmados com o que acaba se revelando também uma cena de castração. “O homem com a faca pegou as partes íntimas do negro na mão, com uma só mão, ainda sorrindo, como se as estivesse pesando. No berço daquela única mão branca, as partes do negro pareciam tão distantes quanto carne sendo pesada na balança.” Inicialmente, Jesse achava que estava indo para um piquenique. Quando o “espetáculo” chega ao fim, o pai de Jesse diz: “Bem, eu te disse [...] que você nunca ia esquecer esse piquenique.” Tanto durante a escravidão quanto na era dos direitos civis, imagens similares de canibalismo eram evocadas: cães vorazes, mutilação ou castração, e, por fim, o corpo negro transformado em carne.

Como a comestibilidade do corpo negro é uma fantasia que foi sublimada por meio do uso dos cães como substitutos de humanos canibais, a ideia de cães atacando pessoas negras tornou-se uma imagem assombrosa e não resolvida na memória coletiva tanto da escravidão quanto do Movimento pelos Direitos Civis. Como resultado, presas de cães cravando-se na carne negra tornaram-se uma imagem recorrente, que surgiu primeiro em depoimentos e depois se enraizou profundamente na cultura popular. Em seu discurso público de 1º de setembro de 1846, o ex-escravizado Frederick Douglass alude ao destino de alguns escravizados entregues à mercê de cães famintos. “Às vezes,” diz Douglass, “ao caçar negros, se os donos não estão presentes para chamar os cães de volta, os escravizados são dilacerados”. Cães dilacerando negros colonizados e insubmissos também é uma imagem recorrente em *Brevíssima relação da destruição das Índias* (1552), do frade dominicano do século XVI e defensor dos povos indígenas, Bartolomeu de Las Casas. O relato de Las Casas sobre o tratamento desumano dado aos indígenas nos primeiros estágios da colonização espanhola das Índias Ocidentais inclui diversos episódios em que indígenas são lançados aos cães, despedaçados e devorados vivos. O episódio mais angustiante envolve uma mãe e seu bebê, perseguidos por cães selvagens. A mãe tentou enforcar a si mesma e ao bebê, mas “não teve tempo de impedir que os cães despedaçassem o bebê”. Alguns historiadores questionaram se Las Casas teria exagerado ou até mesmo inventado certas histórias para fortalecer a causa indígena. Contudo, o que importa aqui não é a precisão factual, mas sim a natureza repetitiva e quase compulsiva das narrativas de Las Casas. Cães devorando nativos é um *leitmotiv* que reaparece regularmente em seu relato. Os historiadores não têm dúvidas de que a prática de cães perseguindo e despedaçando indígenas e escravizados negros faz parte da história das Américas — o que não se sabe com certeza é a extensão dessa prática de caça.

Em *The Pit Bull Placebo: The Media, Myths and Politics of Canine Aggression* (2007), Karen Delise aborda a discrepância entre o conhecimento documentado sobre incidentes envolvendo bloodhounds perseguindo escravizados fugitivos e a real extensão dessa prática. Como ela afirma: “[...] o quanto dessas imagens [cães perseguindo escravizados]

era ficção e o quanto era baseado em fatos foi um tema altamente controverso, mesmo na época em que esses incidentes supostamente ocorriam.” Delise usa como exemplo o romance de Harriet Beecher Stowe, *A Cabana do Pai Tomás* (1852). O livro inclui uma famosa passagem sobre uma escravizada fugitiva, Eliza, atravessando o congelado rio Ohio com seu bebê nos braços enquanto é perseguida por um mercador de escravos e dois escravizados. Um deles, Sam, relata a cena: “Eu vi com meus próprios olhos ela atravessando sobre o gelo flutuante. A travessia dela foi extraordinária; foi nada menos que um milagre; e eu vi um homem ajudá-la a subir pela margem de Ohio, e então ela se perdeu na penumbra”. Na cena relatada, não há menção a cães perseguindo Eliza. Em uma cena anterior, o mercador de escravos até menciona a possibilidade de usar cães para capturá-la, mas logo desiste da ideia ao perceber que “os cães poderiam machucar a moça”. A cena de Eliza remete à descrição feita por Las Casas anteriormente mencionada; ambas evocam o *pathos* extremo de mães e bebês perseguidos por cães selvagens, embora, no caso de Eliza, os cães apareçam apenas como ameaça. Como Delise explica, a partir de 1880, por efeito dramático, todas as montagens teatrais de *A Cabana do Pai Tomás* passaram a incluir uma matilha de cães ferozes em cena. A recorrência desse adereço cênico deu ao público a impressão de que o livro de Stowe estava repleto de cenas de escravizados sendo perseguidos por cães, quando, na verdade, a cena de Eliza é o único momento em que essa *ideia* é sugerida. Há quem questione o caráter inflado de certas histórias sobre cães devorando escravizados, mas a questão permanece em relação a qual é a motivação por trás desses possíveis exageros e quais são seus efeitos.

Cartaz de teatro para *A Cabana do Pai Tomás* (1881). Litografia colorida, 71 × 106 cm.



W. J. Morgan & Co. Lith.

A principal tese de Karen Delise em *The Pit Bull Placebo* é que o cão — desde o bloodhound durante a escravidão, passando pelo pastor alemão após a Segunda Guerra Mundial, até o pit bull a partir da década de 1980 — sempre foi vítima de um aparato ideológico alarmista, que fabrica raças consideradas “ferozes”. Desde *Bandit*, de Vicki Hearne, muitos escreveram em defesa do pit bull. Mas, como a reputação do cão é indissociável da presença humana que o acompanha, a reabilitação do cão é incompleta sem abordar a estigmatização de seu companheiro humano. O humano e o cão reforçam mutuamente a ferocidade construída de cada um em um “devir contra” compartilhado, cuja consequência é que a imagem do cão feroz perseguindo o escravizado tornou-se parte de uma consciência coletiva que compulsivamente recria — e a cada vez reacende — a associação entre o cão feroz e os negros. O melhor exemplo disso, desde *A Cabana do Pai Tomás*, é a série de 1964 *Race Riots*, de Andy Warhol. Em 1963, o fotógrafo Charles Moore tirou fotos de cães pastores alemães da polícia atacando manifestantes negros em Birmingham, Alabama. Moore vendeu as fotos para a revista *Life*, uma revista semanal de fotojornalismo amplamente lida pela classe média branca dos EUA nos anos 1960. As fotos faziam parte de um projeto maior que também incluía imagens de crianças sendo atingidas por jatos de água de alta pressão da polícia. Moore intitulou seu ensaio fotográfico, “Eles combatem um fogo que não se apaga”. A edição da *Life* com as fotos foi lançada em 17 de maio de 1963. No verão do mesmo ano, para uma exposição em 1964 na Galerie Ileana Sonnabend, em Paris, Warhol criou pinturas baseadas nas fotografias de Moore com os cães. Assim como fez com o retrato de Marilyn Monroe ou com as latas de sopa Campbell’s, Warhol reproduziu fielmente a fotografia original, mas com alterações significativas nas cores, tons ou matizes. Uma das pinturas, intitulada *Race Riot*, consiste em quatro painéis que reproduzem a mesma fotografia mostrando um pastor alemão rasgando as calças de um homem negro que tenta se afastar. No mesmo ano, Warhol produziu outras obras baseadas nas fotos de Moore para o Museu Wadsworth Atheneum, em Hartford, Connecticut. Uma dessas imagens apresenta uma versão pixelada e mais contrastada da foto de dois cães policiais atacando um manifestante. O fato interessante sobre essas imagens dos “Race Riots” — como Warhol as chamou — é que, assim como nas muitas versões teatrais da *Cabana do Pai Tomás*, a imagem do cão feroz atacando a pessoa negra foi a única que Warhol escolheu destacar, entre todas as imagens do ensaio fotográfico multidimensional de Moore.

Em *Warhol Paints History, or Race in America*, Anne M. Wagner faz uma distinção entre *Marilyn Diptych* (1962), *Campbell’s Soup Cans* (1962) e *Race Riot*, argumentando que os dois primeiros representam um sistema de mercantilização, em que as imagens da sopa ou de Marilyn são apenas referenciais, enquanto o último possui mais profundidade. Marilyn e a sopa simbolizam outra coisa. “Marilyn ‘significa’ a indústria do entretenimento da mesma forma que um espelho numa pintura holandesa do século XVII ‘significa vaidade’”, explica Wagner. O mesmo vale para a lata de sopa, seu valor referencial “significa” o consumo em massa. Wagner argumenta que *Race Riot* não segue a assinatura habitual de Warhol, pois a pintura não iconiza a cultura pop com uma

imagem vazia e meramente referencial. Em vez disso, a reprodução da fotografia de Moore conta uma história real, ancorada num marco temporal e povoada por personagens reais. Para Wagner, a natureza única de *Race Riot* reside na temporalidade da fotografia original (a narrativa) e no tema, o racismo. No entanto, o que Wagner não considerou em sua análise de *Race Riot* é a presença dos cães policiais. O cão está centralizado na fotografia, e os outros atores — o manifestante negro e o policial — são percebidos apenas em função de sua relação com o cão. O que se converte em ícone nessa narrativa é, incidentalmente, a posição central do cão. Como resultado, o cão sozinho passa a “significar” o racismo, sem necessidade da atualização da presença dos homens branco e negro.

Da mesma forma, o artista James Drake sentiu a necessidade de tornar literal a natureza alegórica dos cães em sua escultura interativa, em tamanho real, feita de ferro, localizada no Parque Ingram, em Birmingham, Alabama. A escultura realista de Drake, intitulada *Police and Dog Attack* (1991), é composta por duas paredes que formam um corredor, com cães rosnando saltando das paredes de ambos os lados. Ao atravessar o corredor, os visitantes são levados a reviver a experiência dos ataques com cães comandados por Bull Connor, vivida pelos afro-americanos. Na escultura, os homens branco e negro não aparecem. A obra de Drake leva a imagem ao limite: os cães são os últimos a permanecer de pé numa narrativa de tensão racial entre homens brancos e negros. Cães atacando negros assombram o inconsciente coletivo americano, pois revelam uma compulsão de representar (no sentido de tornar presente novamente) essa imagem específica de agressão racializada. O cão atacando o homem negro é a *mise en abyme* definitiva. A lógica sequencial do fotorrealismo, duplicada pela repetição de Warhol da mesma imagem (como na versão com quatro painéis de *Race Riot*), esvazia o sujeito de seu conteúdo e lhe dá uma superfície alegórica, semelhante à de *Marilyn Diptych* ou da *Campbell's Soup Can*. Em outras palavras, não é mais necessário ver o homem negro ao lado das presas do cão, ou o homem branco segurando a coleira, para saber que o cão de ataque *significa* não apenas racismo, mas também raça.

Em sua biografia de Josephine Baker, *Josephine: The Hungry Heart* (2001), Jean-Claude Baker encontra uma correlação entre a liberdade de movimento dos negros e a posse de cães “ferozes”. Ao falar sobre sua mãe adotiva, Josephine Baker, na Paris de meados da década de 1920, o autor escreve:

Por muito tempo, eu não conseguia entender por que todo artista negro que vinha para a Europa comprava cães. Cães ferozes, como lobos. Josephine tinha um tão selvagem que precisou deixá-lo hospedado em um canil. Finalmente, um amigo juntou as peças. “Durante a escravidão, os negros eram caçados com cães. Na Europa, eles podiam se vingar de certa forma, podiam possuir os mesmos tipos de cães que perseguiram seus ancestrais.” Então lá estavam eles, em pequenos quartos de hotel, com esses cães enormes.

James Baldwin, também, em meio às agitações pelos direitos civis, experimentou a posse de cães enquanto vivia na Turquia. Não há dúvida de que a emancipação negra

poderia ter resultado em um aumento da posse de bens por negros — incluindo cães. Como explica Weaver, nos séculos XIX e XX, as rinhas de cães eram principalmente uma prática do sul rural branco, mas, nos anos 1980, “houve uma influência crescente de homens negros urbanos nos círculos de criação”. A década de 1980 viu nascer a primeira geração negra emancipada após a Lei dos Direitos Civis de 1964, e possivelmente a primeira geração de negros capaz de se mover livremente — coincidentemente ou não — na companhia de cães. Dito isso, ao contrário do que Jean-Claude Baker sugere, a associação entre negros e cães de ataque no imaginário coletivo americano não se baseia em uma “vingança” real da população negra, mas sim na fantasia branca de uma vingança negra. Negros não possuem cães “ferozes” como forma de retribuição pela escravidão, mas aqueles que os possuem são inconscientemente percebidos como vingativos devido à fantasia persistente do chamado “Efeito Cujo”. Negros com cães grandes encarnam o duplo medo descrito por Brown: o negro e o cão soltos, sem o mestre branco. Podemos ousar fazer uma conexão simbólica entre a lei de 2005 sobre pit bulls e os casos de homens negros que perderam a vida (Michael Brown, Tamir Rice, Trayvon Martin ou Eric Garner) nas mãos de policiais ou de figuras de autoridade autoproclamadas — ou ainda na percepção de que negros atravessando a rua fora da faixa ou apenas circulando são uma ameaça. No romance *Chien blanc* (1970), o escritor francês Romain Gary imagina o que acontece quando o sulista branco perde o controle tanto de seu cão quanto do negro. Na história autobiográfica e fictícia, Gary encontra um suposto “cão branco perdido”, um cão do Sul treinado pela polícia para atacar negros. Gary o chama de Bakta. Com o tempo, Bakta é adotado por um personagem semelhante a Malcolm X, que secretamente treina o cão para atacar pessoas brancas. A história termina com Gary sendo violentamente mordido por aquele que um dia foi o “cão branco”. Assim como Bakta, o “cão branco” é hoje percebido como não mais branco, o cão foi mordido pelo negro e agora ambos compartilham uma espécie de parentesco cino-racial induzido pela raiva, contra o qual o antigo mestre busca proteção desesperadamente.

Tradução: Kauã Vasconcelos. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN/UFRJ). Membro do Núcleo de Antropologia Simétrica (NAnSi). Atualmente é professor substituto de antropologia no departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ).

Revisão: Felipe Sússekind. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde coordena o RASTRO - Rede de estudos socioambientais e antropologia visual.

Recebido em
outubro de 2025

Aprovado em
novembro de 2025